

CONTRATO DE RATEIO Nº. 006/2026

Que entre si fazem, de um lado, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Fernandópolis- CISARF, inscrito no CNPJ/MF 05.655.308/0001-99 com sede à Rua Sergipe, nº 660, fone (17) 3463.1539 na cidade e comarca de Fernandópolis- SP, representado por seu Presidente, Sr. Sr. JOÃO PAULO SALES CANTARELLA, R.G 22.542.087 SSP/SP, CPF 184.599.918-57, casado, brasileiro, domiciliado e residente nesta cidade, R. Pernambuco nº 1.091 Jd. Bela Vista, neste ato denominado **CISARF**, e de outro lado, o Município de **MERIDIANO**, Inscrito no CNPJ/MF sob número 45.116.092/0001-08, com sede na Rua Luiza Feltrin Guilhen, nº.1.716 representado por seu Prefeito, FABIO PASCHOALINOTO, RG. 28.416.227-9 SSP/SP e CPF 260.099068-22, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de **Meridiano** neste ato denominado **MUNICÍPIO**, firmam o presente **Contrato de Rateio**, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLAUSULA 1a - DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CISARF, que possibilitem, com fulcro no orçamento aprovado pela Resolução 002 /2025, ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na elaboração e gestão da política de saúde, através das seguintes finalidades, quando for o caso e assim especificadas pela Assembléia Geral dos Prefeitos:

I - a gestão associada de serviços públicos com ou sem prestação de serviços;

II - o asseguramento da prestação de serviços de saúde de atenção básica, atendimento móvel de urgência e emergência-SAMU e Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS ad e CAPS II, CISARF, UPA Unidade de Pronto Atendimento e serviços especializados de referencia média e alta complexidade (Exames/Consultas de Auxilio diagnose), conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados;

III - o gerenciamento, com o auxilio dos Diretores/Chefias de Setores de Saúde ou equivalentes, dos municípios consorciados, dos recursos técnicos e financeiros conforme pactuados neste Contrato de Rateio;

IV - representação dos municípios que o integram, nos assuntos atinentes as finalidades do Consorcio, perante quaisquer autoridades ou instituições;

1.2. Poderá haver, ainda, desde que autorizados pelo Conselho com fixação de valores e modo específico de prestação:

I - o compartilhamento ou o uso em comum de Instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

II - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive os de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

III - a execução de programas de saúde pública e o exercício de funções e competências dos entes consorciados, no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde, que lhe tenham sido outorgadas, transferidas ou autorizadas;

IV - o apoio e o fomento do Intercambio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

V - a criação de instrumentos e a prestação de serviços para controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população dos entes consorciados;

- VI - o fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública;
 - VII - o desenvolvimento, de acordo com as necessidades e interesses dos entes consorciados, de ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
 - VIII - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como de medicamentos, serviços e materiais;
 - IX - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes consorciados;
 - X - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à promoção, recuperação, preservação e melhoria das condições da saúde da população dos entes consorciados;
 - XI - a viabilização de ações conjuntas na área de compra, suprimento e/ou produção de materiais, medicamentos e outros insumos;
 - XII - a fomentação do fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
 - XIII - o incentivo, apoio e ampliação para estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consorcio;
 - XIV - a prestação de assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
 - XV - o estabelecimento das relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
 - XVI - a viabilização da existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do Consorcio;
 - XVII - o apoio, a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres.
- 1.3. Para o exercício de 2026 os procedimentos de média e alta complexidade, ao mês que serão rateados entre os municípios consorciados na forma estabelecida em 3.4.1.¹

CLÁUSULA 2a - DOS RECURSOS

2.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações constantes do orçamento já aprovado, suplementado se necessário.

¹ PROCEDIMENTOS PARA 2.026: ref. (mês)

1. CONSULTAS: Psiquiatria 22 consultas mensais, Consultas, Angiologia – Cirurgia Vascular 10 vagas.

2. EXAMES: 2.1. Ultra – Sonografia 22 exames mensais - 2.2 Ressonância Magnética 02 exames mês.

3. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – sem limite de atendimento

4. Serviço de Atend. Pacientes de Álcool e Drogas CAPS ad- sem limite de atendimento

5. UPA – Unidade de Pronto Atendimento – sem Limite de atendimento.

6. CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial sem limite de atendimento

CLAUSULA 3ª - DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

3.1. O MUNICIPIO repassará ao CISARF, a importância de R\$ 356.727,07 (trezentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sete centavos) Valor anual do repasse, em (12 meses) de R\$ 29.727,26 (vinte e nove mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) para o CISARF e o valor de R\$ 594.272,01 (quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e um centavo), anual sendo o Valor mensal do repasse de R\$ 49.522,67 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos) para a UPA, no exercício de 2026, para as despesas correntes, cujo valor corresponde à previsão orçamentária no município, envolvendo as despesas administrativas, consultas ambulatoriais utilização de serviços do CISARF, SAMU, CAPS ad e UPA.

3.2. O valor previsto no item 3.1 será repassado em 12 (doze) parcelas de R\$ 29.727,26 (vinte e nove mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) e 12 parcelas de R\$ 49.522,67 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos) mensais da UPA, sendo as primeiras até o dia 30 de Janeiro de 2026 e assim sucessivamente com as demais parcelas todas com o vencimento até no máximo o último dia útil de cada mês vencido, apenas a 12ª parcela DE DEZEMBRO ATÉ O DIA 15/12/2026, para pagamento de 13º de funcionários.

3.3. Do valor do previsto para o repasse mensal, serão utilizados conforme montante apurado através de rateio, recursos para cobertura das despesas administrativas do CISARF compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos, material de consumo, aluguel, despesas gerais, prestação de serviço contábil e jurídico e, eventualmente, despesas sobre movimentações financeiras, taxas bancárias, entre outras, limitado em até 35% (trinta e cinco por cento) do valor do repasse mensal.

3.4. Do valor do repasse mensal, serão utilizados conforme montante apurado através de pactuação pré-estabelecida pelos municípios integrantes do CISARF, recursos pela efetiva utilização de serviços na área de saúde que foram definidos em Assembléia, disponibilizados pelo consórcio, nos termos da Resolução. 002/2025:

3.4.1. O rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Fernandópolis – CISARF, para o exercício fiscal de 2026, em forma de contrapartidas mensais dos recursos Federais e de cada um dos municípios participantes, deverá atingir o valor de: R\$ 25.727.121,49 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e vinte e um reais e quarenta e nove centavos), acrescentado o valor da UPA Unidade de pronto Atendimento, cuja metodologia de cálculo, para definição do quantum correspondente a cada município, será processada nos termos da Resolução nº 002/2025, regularmente aprovada pelo Conselho de Prefeitos:

3.5. O CISARF, através de sua Gerência-administrativa, procurará tomar as medidas necessárias para que haja o atendimento preciso a todos os municípios consorciados, fazendo as necessárias adaptações, compensações e substituições, de modo a que o número de procedimentos garantidos a cada qual seja efetivado. Da mesma forma quanto à necessidade de remanejamento nos casos de falta ou ausência eventual dos médicos que suprem as especialidades.

3.6. Como o rateio de procedimentos é feito a cada mês, segundo o regular agendamento, o município que não preencher sua cota mensal somente terá compensação, caso haja efetiva disponibilidade ou possibilidade de encaixe no mês seguinte, não sendo obrigatoriedade a devolução devido as cotas serem mensais.

3.7. Em caso de o MUNICÍPIO, por estrita necessidade e, desde que haja possibilidade de atendimento, ultrapassar seu limite financeiro durante o mês corrente, deverá repassar a devida importância, tão logo formalizada e solicitada pelo CISARF.

3.8. O CISARF reserva-se o direito de não emitir Requisições de Exames/Consultas de Auxílio diagnóstico para os municípios que não apresentarem saldo financeiro individualizado disponível estando em atraso com o seu repasse e no atraso de 60 dias suspensão dos serviços, e por ser agendamento mensal sem direito a reposição das perdas.

3.9. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CISARF no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64, podendo ser utilizados para suprimento de caixa necessário ao pagamento dos compromissos do CISARF.

3.10. Os valores previstos para Despesas de Capital somente serão repassados ao CISARF, mediante deliberação da Assembléia Geral, para a aquisição de bens de capital.

3.11. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato de rateio, apresentar o empenho global ao CISARF, cujo valor deverá corresponder ao montante previsto na cláusula 3.1, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CISARF.

CLAUSULA 4.º - DAS RESPONSABILIDADES

4.1. É de responsabilidade do CISARF:

I - Disponibilizar ao MUNICÍPIO, os serviços relacionados no objeto do presente contrato, durante o exercício financeiro de 2026, conforme escolhidos na Assembléia Geral e, limitados aos recursos pactuados no presente instrumento;

II - Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável as entidades públicas, conforme estabelece a legislação Federal.

III - Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

IV - Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado através da Resolução nº 002/2025;

V - Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados/contratados pelo CISARF, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

4.2. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

- I - Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;
- II - Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III - Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do MUNICÍPIO;
- IV - Apresentar os resultados da execução orçamentária e o detalhamento dos recursos aplicados, bem como as auditorias concluídas ou iniciadas no período e informações acerca da oferta e produção de serviços na rede assistencial contratada nos termos do presente instrumento, conforme preceitua a Lei 8689/93 (que extinguiu o INAMPS e funções, competências, atividades e atribuições que foram absorvidas pelas instâncias federal, estadual e municipal gestoras do Sistema Único de Saúde, de acordo com as respectivas competências, critérios e demais disposições das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990);
- V - Fazer o repasse mensal do recurso conforme estabelecido no anexo I;
- VI - Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas;
- VII - Notificar ao CISARF, até o dia 10 (dez) de cada mês, possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de Janeiro de 2007.

5º - DOS CASOS DE RESCISÃO

- 5.1. As partes poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente Contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.
- 5.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o Município deverá estar com o saldo positivo e se negativo, terá esta a obrigação de saldar o respectivo valor, no prazo de até cinco (05) dias, a partir do que, estando em mora, arcará com a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor, juros de mora *pro rata die*, e correção monetária pelo INPC da FUBGE.

CLAUSULA 6a - DO PRAZO E DA VIGENCIA

- 6.1. O presente contrato terá vigência de 01 de Janeiro de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA 7a - DO FORO

- 7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fernandópolis que é a sede do Consórcio, para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS

E, por assim estarem de pleno acordo rubricam e firmam o presente contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas instrumentárias abaixo nomeadas e assinadas.
Fernandópolis, 05 de Janeiro de 2026.

JOAO PAULO SALES
CANTARELLA:18459991857

Assinado de forma digital por JOAO
PAULO SALES
CANTARELLA:18459991857
Dados: 2026.01.13 09:25:49 -03'00'

JOÃO PAULO SALES CANTARELA
PRESIDENTE DO CONSELHO

FABIO
PASCHOALINOT
O:26009906822

Assinado de forma
digital por FABIO
PASCHOALINOTO:
26009906822

FABIO PASCHOALINOTO
PREFEITO MUNICIPAL DE MERIDIANO



Documento assinado digitalmente
MAURO ANDRE DE AZEVEDO
Data: 12/01/2026 08:32:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHAS:

Mauro André de Azevedo
RG: 30.682.160-6

LUCIO ROBERTO
BINATTI:266995978
41

Assinado de forma
digital por LUCIO
ROBERTO
BINATTI:26699597841

Lúcio Roberto Binatti
RG: 30.431.963-6

**ANEXO I - CONTRATO DE RATEIO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS- CISARF.
CONTRATO DE RATEIO
PREVISÃO DE CRÉDITOS PARA O ANO DE 2026 - DESPESAS CORRENTES. MUNICÍPIO DE
MERIDIANO.**

Total no Exercício de 2026: O Município repassará, a importância de R\$ 356.727,07 (trezentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sete centavos) Valor anual do repasse, em (12 meses) de R\$ 29.727,26 (vinte e nove mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) para o CISARF e o valor de R\$ 594.272,01 (quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e um centavo), anual sendo o Valor mensal do repasse de R\$ 49.522,67 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos) para a UPA, no exercício de 2026.

Despesas de Capital: Nihil.

Valor Mensal: Nihil

Ações/proced: 2,8% do total dos procedimentos.

Percentual da Despesa Geral: 2,8% (dois vírgula oito por cento)

VISTO

FABIO
PASCHOALINO
TO:2600990682
2

Assinado de forma
digital por FABIO
PASCHOALINOTO:
26009906822

**Prefeito Municipal
Fabio Paschoalinoto
CPF. 260.099.068-22**

LIGIANE
BINHARDI:2
9564436826

Assinado de forma
digital por LIGIANE
BINHARDI:2956443
6826

**Setor Contábil
Ligiane Binhardi
CRC 1SP232211/O-4**